

## RESENHA

**Rosana Evangelista da Cruz; *Banco Mundial e Política Educacional: o projeto nordeste para a Educação Básica e seus desdobramentos no Piauí.* Teresina: EDUFPI (Editora da Universidade Federal do Piauí), 2005, 307 páginas.**

Gladys Beatriz Barreyro

O livro é produto da dissertação de mestrado da autora, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo.

Após uma breve, mas necessária, explicação da metodologia utilizada na sua pesquisa, que incluiu relevamento de fontes documentais, bibliografia sobre o tema e fontes primárias (entrevistas a atores participantes do Projeto Nordeste), o texto entra no assunto qual é mostrar a aplicação e o funcionamento das políticas para a educação, “sugeridas” pelo Banco Mundial nos seus diversos documentos. Para isso, escolhe um caso concreto: o Projeto Nordeste para a Educação Básica e um lugar concreto: o Estado do Piauí, onde é professora no Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí.

A preocupação da autora é superar a visão abstrata do papel do Banco Mundial e sua política de “alívio à pobreza”. Essa motivação tomou forma na escolha do Projeto Nordeste para a Educação Básica, uma vez que o Brasil constitui um caso paradigmático, pois as políticas propostas pelo Banco foram financiadas por empréstimos do mesmo.

A autora utiliza-se da linguagem acadêmica, porém num estilo leve que facilita a leitura. Além disso, e apesar da abundante bibliografia citada para explicar o marco teórico, ela é usada funcionalmente, concatenando-a com a própria argumentação da autora e não apenas como “cita de autoridade”, mostrando, dessa forma, a sua maturidade.

Para entendermos o assunto de que trata, em primeiro lugar, contextualiza teoricamente o mundo *globalizado*, em que a cooperação internacional adquire relevância. A ideologia da *globalização* é considerada, desde a perspectiva da autora e da bibliografia escolhida, como um “esforço do capital para impedir a compreensão de que os problemas estruturais do capitalismo são frutos das contradições desse mesmo sistema, da crise estrutural iniciada na década de 70” (p.27). O Banco Mundial insere-se a título de cooperação internacional viabilizando empréstimos que requerem de *condicionalidades* ao crédito e ao comércio. Ao recuperar a história da criação do Banco Mundial, a autora também explica a concepção de política social que ele sustenta, baseada numa visão neoliberal do Estado que considera a política social como

um serviço e não como um direito, e propõe ações de “alívio à pobreza”, questão que nos leva para as prioridades de política educacional delineadas pelo Banco e baseadas na Teoria do Capital Humano.

Nessa coerente apresentação do marco teórico, apenas chama a atenção a omissão da (possível) margem de incidência dos atores, governamentais ou não, na aceitação das políticas do Banco, como assinala Coraggio em bibliografia utilizada pela autora, uma vez que no interior do livro aparecem episódios de resistência dos atores na definição do projeto (por exemplo: os Secretários de Educação Estaduais na segunda fase de elaboração do Projeto Nordeste, em 1986), contradições essas que são retomadas nas conclusões.

A autora recupera o processo de elaboração do Projeto Nordeste para a Educação Básica que demorou 16 anos entre elaboração, negociação e implementação, sintetizando a bibliografia já disponível, mas com a inclusão e análise de fontes documentais recentes, produzidas pelo próprio Banco e o Ministério da Educação, em datas próximas à realização da pesquisa. A síntese da história do projeto evidencia a negociação com os atores institucionais: Ministério da Educação e Secretários Estaduais assim como a prudência do Banco (afinal é um “Banco”, apesar de elaborar políticas educacionais!) nos momentos de mudanças políticas ou da negociação do pagamento da dívida externa brasileira.

O Projeto Nordeste para a Educação Básica, em si, também é tratado no livro, exaustivamente, a partir da análise crítica dos relatórios avaliativos do Banco Mundial e do Ministério da Educação e de entrevistas a atores do componente nacional do Projeto.

São apresentadas as linhas do Projeto Nordeste, tais como o fornecimento de livros e de kits didáticos para a 1ª a 4ª. séries do ensino fundamental e a melhoria das instalações escolares, duas das prioridades da política educacional do Banco Mundial.

O trabalho também evidencia e esclarece a influência do Banco Mundial nas políticas educacionais do Brasil, além das propostas específicas do próprio Projeto Nordeste. Mostra que importantes políticas e projetos implementados pelo Ministério da Educação tais como o

Fundescola, a reformulação do Programa Nacional do Livro Didático, a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a progressão continuada e a aceleração das aprendizagens, têm relação com as linhas de trabalho propostas e realizadas pelo Projeto Nordeste e são decorrentes da avaliação do Banco (Relatório nº 11959-BR Relatório de Avaliação do Banco Terceiro Projeto Nordeste).

A autora explica, também, que uma das estratégias que o Banco Mundial considera menos relevantes para a melhoria da educação é a capacitação de professores e diretores. Essa linha foi desenvolvida com dinheiro da contrapartida nacional do empréstimo, sendo de responsabilidade exclusiva dos Estados participantes. Foi avaliada como insatisfatória pelo próprio Banco, que não interveio na implementação.

Ao tratar da coordenação do projeto, destaca-se principalmente a análise que mostra como “as agências internacionais estão instaladas definitivamente no interior do aparelho do Estado representando, mesmo que sem a clareza exata disto por parte dos técnicos que constroem diariamente o Projeto, os interesses do capital internacional” (p.127).

Destacam-se também, como exemplos dos temas tratados, as *condicionalidades* do Banco para o projeto, o detalhamento dos recursos do empréstimo, contrapartidas nacionais, o “custo Brasil” e o “coronelismo nordestino” que atuou como uma resistência ao Banco na reorganização institucional e administrativa das Secretarias de Educação Estaduais. Sobre esse assunto a autora afirma que “O Banco Mundial falhou ao conceber que um simples dispositivo inserido num contrato pudesse mudar uma cultura secular arraigada na administração dos recursos públicos, o uso privado do bem coletivo por determinada classe social” (p. 119).

Especialmente interessante o raciocínio desenvolvido sobre a aquisição dos livros didáticos, produto tipicamente nacional. Como afirma a autora, o fato de o Banco exigir licitação internacional restrita à participação dos países membros, para a aquisição da maior parte dos bens e serviços necessários à execução do Projeto Nordeste, inclusive forçando a abertura dos mercados, mostra como o Banco Mundial representa interesses econômicos e não é uma inocente “agência internacional de desenvolvimento”.

Já na parte específica do livro que trata do Piauí, a autora vai descrevendo o Estado aos poucos, com os dados e características principais; de forma a nos introduzir na questão educativa e no Projeto Nordeste, com todas as informações necessárias para entendermos os seus desdobramentos. Assim, os recursos investidos na educação no Estado, a enorme defasagem idade-série, a repetição e o abandono, o analfabetismo adulto –absoluto e funcional–, as particularidades das escolas rurais e seus problemas de infra-

estrutura, a precária situação dos trabalhadores da educação nos são apresentados para contextualizar o Projeto Nordeste no Estado.

Embora o Projeto Nordeste no Piauí tenha desenvolvido vários componentes (classes de aceleração, livro didático, reformas dos edifícios das escolas), foi priorizada a reforma edilícia. Dentre elas, foram favorecidas mais escolas estaduais do que municipais, apesar do número maior destas. A autora então, descreve e analisa, em detalhe, os processos licitatórios para as reformas de edifícios e o repasse dos recursos. Assim, mostra os problemas da relação entre empreiteiros e autoridades e a preponderância da “cultura local”, como um fato que atrapalha o controle social previsto nas políticas de descentralização. Essa cultura local de “uso inadequado de recursos públicos”, a partir da intervenção do componente nacional e o estabelecimento de um padrão de obras, implicou numa melhoria que mudou os costumes e resultou numa boa avaliação final do projeto. Nesse sentido, para além do Projeto Nordeste, o trabalho aponta importantes evidências sobre os mecanismos de controle e supervisão e suas limitações.

A análise das relações entre União, Estados e Municípios tais como as articulações e desarticulações entre essas instâncias, o peso do favorecimento partidário na distribuição de fundos, a seleção de municípios e escolas para aplicar as mencionadas políticas de reformas são exemplos de mediações entre a formulação de uma política e sua ressignificação pelos atores que a executam. Tanto as críticas à União na seleção de municípios (no caso da Comunidade Solidária e sua implementação no Estado do Piauí, “pegando carona” na estrutura do Projeto Nordeste) como ao poder Estadual, também na seleção de municípios, segundo alianças partidárias, os depoimentos dos Secretários de Educação e seu condicionamento às lideranças partidárias (“a gente é apenas o assinador de cheques”, p.244) com sua função meramente burocrática na gestão dos recursos no interior do próprio município mostram um “coronelismo do cotidiano” que nos deixa perplexos. Neste ponto, também, as constatações da autora extrapolam o Projeto Nordeste constituindo indicadores que nos fazem refletir sobre as relações entre a União, Estados e Municípios e nos permitem questionar a concepção de municipalização que considera o poder local automaticamente, como democrático.

As diversas situações apresentadas pela autora, acontecidas no Piauí, se por uma parte mostram a perda de soberania do Estado brasileiro face às legislações do Banco Mundial (no caso, a Lei nº 8.666/93 da República Federativa do Brasil, que “perde” defronte as normas do BM para as licitações internacionais), por outra parte evidenciam a resistência local – embora coronelista e partidária –, mas que se opôs e descumpriu vários aspectos e até *condicionalidades* do Projeto Nordeste, mesmo que para

---

“obter vantagens [privadas] dos órgãos públicos”.

O livro também analisa as relações, complexas, contraditórias, entre os diversos agentes: MEC, Secretaria de Educação Estadual, Secretarias de Educação Municipal e estuda a participação dos atores na implementação do Projeto Nordeste.

O breve apanhado relatado até aqui e os numerosos assuntos que analisa a autora, lhe permitem fundamentar sua interpretação de que “o Banco Mundial é um agente financeiro que assume o papel de baluarte do sistema capitalista” (p.289) e que é a principal agência responsável pela propagação das ideologias neoliberais.

Enfim, o livro “Banco Mundial e política educacional: o Projeto Nordeste para a Educação Básica e seus desdobramentos no Piauí”, de Rosana Evangelista da Cruz, cumpre com as expectativas que suscita, dando conta de analisar criticamente a relação do Banco Mundial com a Educação nos países subdesenvolvidos, explicar e analisar o Projeto Nordeste para a Educação Básica e seus condicionantes políticos, econômicos e institucionais, constituindo também um índice de avaliação do próprio projeto na sua implementação no Estado do Piauí, realizada com múltiplas fontes: bibliográficas, do próprio Banco, do Ministério da Educação e dos diversos atores participantes, técnicos do projeto, Secretários de Educação e Prefeitos.

---

Gladys Beatriz Barreyro.

Doutora em Educação, Professora Substituta do Departamento de Administração e Economia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

---